



UFSM

Artigo Monográfico de ESPECIALIZAÇÃO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PANORAMA DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO
CONTEXTO EDUCACIONAL

Jacqueline Soares Santana

FEIRA DE SANTANA, BA, Brasil

2010

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PANORAMA DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO
CONTEXTO EDUCACIONAL

por

Jacqueline Soares Santana

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial . Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

FEIRA DE SANTANA, BA, Brasil

2010

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL

elaborado por
Jacqueline Soares Santana

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Giovana Toscani Gindri
Orientadora

Fabiane Romano de Souza Bridi

Lorena Inês Peterini Marquezan

FEIRA DE SANTANA, BA, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial . Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL

AUTOR: JACQUELINE SOARES SANTANA
ORIENTADORA: GIOVANA TOSCANI GINDRI
FEIRA DE SANTANA, BA

Este estudo objetiva realizar uma reflexão a partir de uma revisão bibliográfica em torno das representações sociais que vêm sendo construídas em relação à inclusão de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, sejam físicas e/ou intelectuais, no meio educacional, como também aguçar reflexões sobre o conceito, as razões sociais e históricas em que é construída uma representação social, a processo de construção da identidade desses sujeitos considerados "especiais", traçando um percurso histórico da Educação Especial, pautado em documentos oficiais, numa perspectiva inclusiva. Pois, a inclusão e o respeito às diferenças, de modo geral, constituem-se em uma ação coletiva e constante, onde escola e demais instâncias sociais precisam se reconhecer parceiras. Daí, a importância do (a) educador (a) ter clareza das representações sociais que perpassam a sociedade e o ambiente escolar no tocante ao processo de inclusão, tendo em vista que a mesma é garantida a partir da participação na tomada de decisões e acima de tudo, pelo respeito às diferenças.

Palavras-chave: Educação Especial, Representação Social e Inclusão

ABSTRACT

This study aims to carry out a reflection from a literature review about social representations that have been constructed over the inclusion of people with special educational needs, whether physical and / or intellectual, in the educational environment, but also sharpen the reflections on concept, the social and historical reasons it is constructed a social representation, the process of building the identity of these individuals considered "special ", a historical tracing of Special Education, based on official documents, an inclusive perspective. Therefore, inclusion and respect for differences, in general, are in a constant and collective action, where school and other social institutions need to recognize partners. Hence the importance of (a) educator (a) to clearly understand the social representations that permeate society and the school environment for the process of inclusion, considering that it is guaranteed from the participation in decision making and above all, by respecting differences.

Key - words: *Special Education, Representation and Social Inclusion*

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	07
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	09
3. REVISITANDO AS DIFERENÇAS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
4. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E SUA RELAÇÃO COM AS DIFERENÇAS	19
5. POR QUE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
7. REFERÊNCIAS	37

1. APRESENTAÇÃO

O processo de inclusão de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais traz à baila questões que são debatidas a fim de auxiliar na afirmação da identidade desses indivíduos.

Assim, o contexto educacional contemporâneo é marcado por propostas inclusivas e significativas mudanças e incertezas, no campo da Educação Especial. Reiteramos que as representações sociais perpassam por um conjunto de produção social e histórica da cultura humana, pois a idéia de inclusão não pode ser analisada, nem está desvinculada de uma concepção de homem, sociedade e mundo. Por certo, sabe-se que incluir aquilo ou aquele que, perante nossa concepção foge a um padrão dito de "normalidade", significa revelar um pouco da nossa visão de mundo, do nosso jeito de lidar com o diferente, sem contar que também é um processo de dor e sofrimento, pois á medida que reconhecemos e aceitamos o outro, nossa estrutura é abalada e a nossa identidade passa a ser questionada. Esses aspectos também contribuirão para a mudança e/ou permanência de atitudes e comportamentos do sujeito, principalmente quando consideramos a relevância do (a) professor (a) nesse aspecto formativo na vida dos (as) educandos (as) através das práticas educativas do cotidiano.

Em observância e busca por uma escola inclusiva e acolhedora, esse estudo que tem como título Representações Sociais, construção da identidade e propostas inclusivas: um panorama da Educação Especial e suas implicações no contexto educacional, objetiva, a partir de uma revisão bibliográfica, revelar quais as representações sociais vem sendo construídas em relação à inclusão de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, sejam físicas e/ou intelectuais no contexto escolar.

Para tanto, faz-se necessário que os profissionais da educação assumam, enquanto principio ético no seu processo formativo e no seu labor, a construção da identidade e autonomia dos (as) educandos (as). Contudo, é preciso conhecer e assumir as representações sociais que circundam o ambiente educativo.

Com efeito, perseguindo o objetivo já mencionado, almejamos provocar ainda reflexões sobre o conceito, as razões sociais e históricas em que é construída uma

representação social em torno da pessoa com necessidade educacional especial, traçar um percurso histórico da Educação Especial, pautado em documentos oficiais, numa perspectiva inclusiva, como também o processo de construção da identidade desses sujeitos.

A inclusão e o respeito às diferenças, de modo geral, constituem-se em uma ação ampla, de trabalho coletivo e constante, onde escola e sociedade precisam se reconhecer parceiras. Daí, a importância do (a) educador (a) ter clareza das Representações Sociais que perpassam o campo da Educação Especial e a sociedade, temática abordada na terceira parte deste estudo. Pois, é do conhecimento de todos, que a escola em muito se empenhou e ainda empenha-se em ditar padrões homogeneizantes, no sentido da adequação à ordem social. Todavia, incluir, não é meramente fazer parte, ou seja, estar dentro, mas ter garantida participação na tomada de decisões e acima de tudo, ser respeitado conforme suas diferenças e limitações.

Na quarta parte, analisamos o processo de construção da identidade e sua relação com as diferenças. Haja vista que, a sociedade atribui valores díspares aos sujeitos através da diferença que este possui. Conforme ressalta Magalhães e Dias (s/d), o sinal atribuído será uma marca identitária forte ao indivíduo que perpassa do social ao pessoal que constrói um estereótipo, ou seja, ou o sujeito aceita essa condição de não ser "normal" que denota um sofrimento ou aceita uma visão de "não diferente" que esbarra em uma construção de identidade, conforme padrões eleitos por um dado indivíduo. E nesse ponto, refleti-se uma maneira de lidar com essas situações que serve como um suporte teórico de como um profissional deve lidar com essas situações. Tendo em vista o processo de aceitar a si e os outros com naturalidade.

A quinta parte aborda sobre a necessidade de uma educação inclusiva, qual seja estendida a todas as pessoas, objetivando a construção de uma sociedade mais justa e fraterna e que para tal ação é necessário a união de todos. Lembra também de que em princípio, a escola não fora pensada em atender a todos e é a partir disso que se inicia o processo de exclusão, sempre sendo fruto da sociedade na qual ela estava inserida. Em seu processo de democratização passa a inserir novos conceitos, acompanhando os avanços e aderindo novas atitudes.

concretizou a partir da bibliografia especializada no assunto. É um tipo de pesquisa que também obedece às etapas de qualquer outra modalidade.

A partir daí, passamos pelo processo de delimitação da pesquisa, refinando o tema e problema, pontuamos os objetivos e justificamos a importância deste estudo. Prosseguimos com uma cuidadosa leitura de autores e obras a fim de realizarmos a coleta, organização e confronto dos dados com o nosso olhar investigativo e crítico. Esse momento de análise e interpretação dos dados é um momento muito importante da pesquisa, pois exige técnica e maturidade do (a) pesquisador (a). Aqui foi exigido um constante esforço no sentido de produzirmos nossas argumentações, interpretação própria, ou seja, estudo sistemático, porque se não, corríamos o risco de não sermos fiéis ao tema e problema da pesquisa.

Com efeito, tivemos a liberdade de fazer escolhas teóricas, concordar, discordar, debater, problematizar as Representações Sociais das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, o processo de construção da identidade e sua relação com as diferenças no campo da Educação Especial e visualizar a Educação Inclusiva à luz das ideias de autores como FONSECA (1995), MAZZOTTA (1996), SASSAKI (1999), MARQUES, (2001), MANTOAN (2008), SILVA (2009) e MAGALHÃES (s/d). Embora com concepções próprias e diferentes, esses autores comungam da necessidade de superação dos processos educativos ~~ineficientes~~ e excludentes, pois a sociedade atual exige um modelo de educação mais participativo e democrático, de tal maneira que as nossas escolas venham a ser multiplicadoras de espaços inclusivos, ou seja, que saibam acolher e respeitar a diferença de cada sujeito.

3. REVISITANDO AS DIFERENÇAS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente, a pessoa que necessita de alguma atenção especializada, passou e passa por consideráveis representações ao longo dos tempos. Haja vista que, a necessidade educacional especial representou e ainda representa, no contexto das relações sociais um aspecto merecedor de destaque, devendo a este, ser atribuída uma análise mais criteriosa por parte dos estudiosos do comportamento humano. Pois, como ressalta Marques (1992, p.91) «muito mais do que aprender a sobreviver o homem está fadado a aprender a viver em contato com os outros os quais se constituem, em dados momentos, verdadeiros algozes ou juizes de seus semelhantes». Assim, é inegável o grande obstáculo que a sociedade enfrenta para lidar com o que é diferente, ou seja, com aquilo ou aquele que se afasta dos padrões ditos normais.

Nessa mesma perspectiva, Marques (2001) aponta à necessidade de situar as diferenças em um contexto sócio, histórico e cultural, sendo que, a depender dos valores, ideais que culturalmente são apregoados em uma sociedade, estas podem ser atreladas ao conceito de normal e a noção de adaptação. Aqui atribuímos o conceito de normal àqueles que se enquadram nas normas, padrões, níveis de desempenho, valores estéticos e morais, impostos por um determinado grupo social dominante, de tal forma que aquele qual não corresponda a esses itens, é considerado como um desviante, um anormal que necessita passar por um processo de adaptação, qual deve compreender modelos de ajustes eficientes capazes de suprir as carências apresentadas.

De forma sucinta, neste momento, será traçado um breve comentário em torno das concepções e representações sociais que permeiam a vida das pessoas que apresentam «deficiências»¹.

¹ Cumpre destacar aqui, que, no tocante a nomenclatura . deficiência - utilizaremos muitas vezes o referido termo já que a maioria dos autores o menciona e diante da identidade destes sujeitos nada mais local que resgatar suas condições como sujeitos diferentes, mas com direitos diante de uma cidadania.

Todavia, antes de adentrarmos nessa perspectiva histórica, faz-se necessário, uma breve investigação no campo das Representações Sociais, pois esta de modo mais amplo vão designar concepções de homem, mundo e sociedade, e como conseqüência esboçará a relação coletiva com o sujeito diferente, em diferentes épocas e sociedades.

A teoria das Representações Sociais configura-se como um apoio teórico, uma vez que este conhecimento apresenta a forma e o modo como estes atores sociais apreendem os acontecimentos do seu cotidiano, as características do seu entorno, as informações que circulam e as relações tecidas. Assim, Naujorsk e Carvalho apontam que,

as representações sociais não podem ser concebidas como um mero reflexo da realidade escolar, conforme sugeriam os parâmetros individualizantes da compreensão subjetividade. São construções que legitimam as idéias e as práticas escolares, tornando-as reais, e por tanto, garantem aos envolvidos nesse contexto a possibilidade de manutenção do seu próprio equilíbrio. (CARVALHO, NAUJORKS, 2006, p. 37).

Diante do exposto, precisamos entender que as representações sociais não se constituem fora de contextos históricos, cultural, político e social, sendo que, estes irão interferir diretamente nas variadas formas de interpretação e de compreensão das relações sociais dos sujeitos com seus pares, evidenciando semelhanças e diferenças.

Para tanto, é importante considerar um conceito de Representação Social que orienta esta pesquisa. Nesse contexto,

[...] Entende-se representação social como o conjunto de idéias, conhecimentos, valores, que tem origem na vida cotidiana e do senso comum. As representações sociais se configuram em um conjunto de idéias que permitem o entendimento e a ação comunicativa, possibilitando atribuir significados e sentidos a uma imagem, objeto ou fenômeno social. Este conjunto orienta o pensamento prático, a comunicação e compreensão, as relações e as atitudes humanas (individuais e coletivas) em um determinado agrupamento social. (FREITAS, 2008, p.70).

Apoiados em uma construção individual e coletiva no campo da ideias, os seres humanos como produto e produtores de cultura e de história, de posse desse conjunto de significados e sentidos são também aqueles que vão construir um mundo de representações sociais.

Dito já em outras palavras, no decorrer da história, pode-se verificar a existência de diferentes abordagens e representações sociais a respeito da deficiência e da Educação Especial. É importante lembrar que esses modelos não se limitam ao campo educacional, mas tem interferência direta na vida das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Também é válido perceber o que cada sociedade tem a oferecer e a forma que compreendem as pessoas com deficiência, independente da sua condição social.

Para tal discussão, recorremos ao teórico Fonseca (1995) que elucida as representações sociais a cerca das concepções da deficiência, são elas: o Preformismo, o Predeterminismo, o Envolvimentismo, o Interacionismo e decorrente dela a Modicabilidade Cognitiva. Porém, antes de perfilarmos por esse caminho histórico, Freitas (2008) ressalta que Fonseca (1995), chama a nossa atenção para uma das concepções que considera a deficiência como uma forma de inferioridade humana que se concretiza nas práticas de exclusão, discriminação e marginalização. Nessa perspectiva,

ao longo da história da humanidade é freqüente observar que muitas condições sociais tem sido consideradas como deficientes, refletindo normalmente este fato um julgamento, julgamento que vai se requintando e sofisticando à medida que as sociedades vão se desenvolvendo tecnologicamente, em função de valores e atitudes culturais específicos. [...] Em muitos aspectos, a problemática da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade. [...] Esta realidade obscura, tênue, sutil e confusa, procura de alguma forma, afastar ou excluir os indesejáveis, cuja presença ofende, perturba e ameaça a ordem social. (FONSECA, 1995, p. 9).

Assim, do período primitivo até a Idade Média, época do Preformismo, a deficiência era compreendida como representação de forças misteriosas e sobre humanas, enfim, preceitos místicos e supersticiosos. E como isso não podia ser controlado, usavam-se práticas de isolamento, extermínio e eliminação. Dessa forma, Fonseca ressalta que em Atenas:

As mulheres dos nossos militares são pertencas da comunidade, assim como os seus filhos e nenhum pai conhecerá o seu filho e nenhuma criança os seus pais. Funcionários preparados tomarão conta dos filhos dos bons pais, colocando-os em certas enfermarias de educação, mas os filhos dos inferiores, ou dos melhores quando surjam deficientes os deformados, serão postos fora num lugar misterioso e desconhecido onde deverão permanecer. (FONSECA 1995, p. 200).

Concomitantemente, em Esparta também se adotava posturas discriminatórias e agressivas. Pessoltti relata que:

De todo modo, é sabido que em Esparta, crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, pratica perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia. (PESSOLTTI 1984, p. 3)

No período da Idade Média, a igreja católica exercia forte influência na sociedade e tinha um jeito próprio de moldar a vida e o pensamento dos indivíduos, segundo Freitas,

... sob o respaldo da igreja, a pessoa com deficiência era vista de dois modos diferentes: como alguém que expiava um pecado ou como alguém que necessitava de caridade. A deficiência mental era concebida como desígnio de um ser superior, um castigo, uma culpa, ou ainda como sendo a possessão do corpo pelo demônio. Assim, os deficientes eram tratados de diferentes formas: oram eram rejeitados ora mereciam piedade; oram eram protegidos ou até mesmo supervalorizados; ora sacrificados ou ainda excluídos do convívio social. (FREITAS 2008, p. 61)

De modo geral, esse período foi marcado pelo descaso, marginalização e exclusão das pessoas que de uma forma ou outra, não comungavam dos padrões socialmente aceitáveis. Ética, moral e socialmente, percebe-se que pessoas acometidas de algum tipo de deficiência e /ou distúrbio, tiveram suas vidas ceifadas. Contudo, com o advento do Cristianismo, até certo ponto, as referidas pessoas escaparam um pouco do abandono. Mesmo não se desvinculando dessa representação de ser cruel, demoníaco, o sentimento de compaixão e piedade pairava. Assim, nasceu o atendimento assistencial em conventos ou igrejas. A deficiência passou a ser considerada também pelo viés da doutrina cristã, sendo revelados agora alguns princípios de boa ação. Mas é bom frisar, que estas pessoas não eram consideradas como membros efetivos da sociedade, ou seja, não tinham seus direitos respeitados, e, por assim dizer, não eram consideradas cidadãs.

Com o advento de Renascimento², nasce o momento do Predeterminismo e com ele a busca incessante de uma base científica para a explicação da natureza e do ser humano, as influências humanistas e positivistas passaram a mover os olhares antes de privilegio da teologia. A visão antropocêntrica cresce em detrimento da visão teocêntrica. Nessa fase da história da humanidade, o ser humano passa a ser entendido como um animal racional e surge então o método científico. Inicia-se assim, os estudos em torno das deficiências. Observa-se que nessa vertente discorre-se um modo clínico, de caráter patológico, onde o indivíduo visto dessa forma passa a necessitar de um tratamento.

Motivada por essa cientificidade, a representação social dessa época, segundo Freitas, é marcada pela,

[...] construção da verdade, através do homem livre e inteligente. Assim, são observados os comportamentos dos deficientes, e a medicina almeja identificar as influências das lesões do organismo que poderiam gerar as deficiências, Porém isso não modifica a representação social do deficiente, sendo que estes continuam sendo segregados em asilos e hospícios, aliviando a família e a sociedade de sua presença. (FREITAS 2008, p. 71)

Nesse contexto, Marques (2001) retrata que o meio ambiente não tem influência na defectologia ou na normalidade, esta seria determinada pelo substrato biológico do indivíduo. Ainda nesse contexto, é importante destacar o papel da Revolução Industrial³, na construção do imaginário e da Representação Social da deficiência, associada à noção da produtividade que com esta, nasce o modelo do corpo produtivo. Todavia, Marques reflete que:

O que acontece é que a deficiência, enquanto estereótipo do desvio, também se enquadra no grupo das marginalidades produzidas pela ideologia da classe dominante. Por tanto, não se pode dissociar a condição de indivíduo deficiente de uma ideia exterior de capacidade produtiva e da concepção do corpo social que fundamenta todas as relações políticas e econômicas. (MARQUES 1994, p. 79)

² Termo usado para identificar o período da História da Europa aproximadamente entre fins do século XIII e meados do século XVII. Chamou-se de "Renascimento" em virtude da redescoberta e revalorização das referências culturais da antiguidade clássica, que conduziram as mudanças deste período em direção a um ideal humanista e naturalista

³ Consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em nível econômico, político e social. Iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX.

O que podemos extrair desse momento é a instauração da dicotomia do corpo eficiente versus deficiente, onde a deficiência passou a ser vista como impedimento de realização do trabalho na fábrica.

Nota-se que a Revolução Industrial constituiu-se de mais um suporte para reforçar a visão da deficiência enquanto algo de ruim perante os pré-requisitos impostos pela sociedade. Há a construção de um pensamento no qual uma pessoa doente, frágil e debilitada não poderia atender a demanda fabril. Por certo, a ligação da política, economia com a noção de deficiência dessa época é muito tênue, pois fica nítido que essa visão pejorativa e excludente faz parte de um amplo projeto social.

Outra concepção da deficiência que se propagou durante o século XIX foi o Envolvimentalismo. Nele se apregoa que a partir do meio e das experiências é possível modelar novos comportamentos. Um acontecimento marcante nesse período foi descoberta do menino Vitor na França que vivia na floresta de Aveyron, até aproximadamente aos doze anos de idade, foi um dos fatores que influenciaram essa concepção, pois várias experiências foram desenvolvidas com ele, experiências estas, desenvolvidas pelo médico francês Itard que veio subsidiar a concepção dos empiristas ingleses sobre a origem do conhecimento humano.

Segundo Pessotti, o teórico empirista Locke, idealiza a base filosófica da corrente Envolvimentalista. Este autor diz que:

A experiência é o fundamento de todo o nosso saber. As observações que fazemos sobre os objetos sensíveis externos, ou sobre as operações internas da nossa mente, e que percebemos e sobre as quais refletimos nós mesmos, é o que supre o nosso entendimento com todos os materiais de pensamento. Assim, o uso da razão, embora capaz de produzir ideias e conhecimentos, será exercido sempre, em última análise, sobre os dados da sensação. (PESSOTTI 1984, p. 22).

Pode-se observar que até então, as concepções abordadas tendem a extremidades; ora a deficiência é vista como algo sobre natural, místico, ora é fruto dos processos internos e biológicos dos sujeitos, ora está ligada às experiências sensíveis. É notável a forte ligação existente entre uma representação social e o

contexto social vigente. O que nos incomoda é constatar que até aqui, a contribuição da ciência não revelou mudanças significativas na vida das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, pelo contrário, reforçou consciente ou não, atitudes de segregação e preconceito.

O século XX foi caracterizado por fortes mudanças estruturais, culturais, políticas, econômicas e sociais e, isso se deve também a influência das ciências humanas e sociais. Marques (2001) afirma que esse foi um período marcado pelo crescimento da população urbana, onde as pessoas se deslocavam em busca de melhoria profissionais em suas vidas. Vale dizer que esse processo, em contrapartida, fortaleceu também a busca e luta pela democratização da Educação Básica. Consequentemente, as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais também almejam a participação nesse processo de transformação do contexto educacional. Isso fez com que fossem criadas classes e escolas especializadas, a fim de atender as crianças problemáticas e incluir o ensino regular desses sujeitos, mal vistos pela sociedade.

Em meio a essas mudanças, nasce o Interacionismo, que, segundo Marques,

sem privilegiar o indivíduo (o orgânico) ou o meio, propunha a interação de ambos como a forma mais coerente e sensata de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, as habilidades mentais, sensoriais e motoras do indivíduo decorriam da quantidade e da qualidade das trocas efetuadas entre o indivíduo e o meio ambiente. (MARQUES 2001, p. 43).

Como teóricos que comungam dessa concepção, destacamos Jean Piaget⁴ e Lev Vygotsky,⁵ quais reforçam as ideias interacionistas. Essas se firmavam no desenvolvimento das habilidades motoras e emocionais das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, ou seja, podem ser conquistadas, a partir das interações com o meio social em que estão inseridos. Contudo, é justo

⁴ Jean Piaget (1896-1980) psicólogo e filósofo suíço, conhecido por seu trabalho pioneiro no campo da inteligência infantil. Seus estudos tiveram um grande impacto sobre os campos da Psicologia e Pedagogia.

⁵ Lev S. Vygotsky (1896-1934), professor e pesquisador foi contemporâneo de Piaget, e nasceu e viveu na Rússia. Professor dedicou-se nos campos da pedagogia e psicologia. Construiu sua teoria tendo por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento, sendo essa teoria considerada histórico-social.

deixar claro a necessidade de qualificar esses processos interativos, pois não basta apenas estar, mas modificar-se e ser sujeito modificador desse ambiente.

Por fim, trataremos agora da concepção da Modicabilidade Cognitiva como decorrente da concepção interacionista no campo da Educação Especial. Esta, por sua vez, desenvolve a ideia da plasticidade cerebral, qual preconiza que em meio a processos internos, a pessoa que apresenta alguma necessidade, possa vir a construir vias de alternativas de cognição em sua forma de aprendizagem. Nesse ínterim, segundo Mantoan (1997) diversos teóricos como Feurestein (1979), Borkowsky (1987), Paour (1988), Audy (1991) e Inhelder e Célierie (1992), tem se preocupado em realizar experiências que venham a subsidiar a Modicabilidade Cognitiva.

Sem dúvida, ao longo da história foram percebidos e vivenciados vários discursos e sentidos atribuídos às necessidades educacionais especiais, que de forma direta ou indireta, contribuíram com processos psicológicos e pedagógicos que nortearam o desenvolvimento, ensino e aprendizagem das referidas pessoas. Temos a consciência de que muito ainda há que se fazer, pois,

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que . por causa das condições atípicas . não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro das instituições, passou para prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais. (SASSAKI, 1999, p. 16)

Assim, diante do que foi apresentado até aqui, fica explícita a inquietação dos discursos, de modo que se instaurou um incomodo social, mais gritante na área educacional, tendo em vista uma preocupação e / ou reparação dos processos educativos, aos quais estão incluídas as pessoas com necessidades educacionais especiais.

E esse movimento efervescente se afunilou a partir da década de 60, com a elaboração do primeiro Plano de Educação Nacional. Contudo, damos um salto para a década de 90 e destacamos como marco referencial, a LDB . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . n º 9394 / 96, qual vem embasar novas discussões em torno da Educação Especial e conseqüentemente vem embrionar uma proposta de Educação Inclusiva, qual trataremos mais adiante.

4. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E SUA RELAÇÃO COM AS DIFERENÇAS

As sociedades ao longo da história têm sido marcadas por significativas manifestações culturais e sociais que, de uma forma ou outra, imprimem suas características e acabam por definir e determinar o modo de vida e a forma que cada indivíduo se porta numa dada sociedade. Vários estudos vêm sendo desenvolvidos nesse campo, aqui cumpre destacar, as ideias ligadas aos Estudos Culturais, onde se discute o multiculturalismo e a não naturalidade da identidade. Nesse contexto, situamos o processo de construção desta, qual é marcado por várias interfaces e que também está intimamente relacionado à noção de diferença.

Sendo assim, não podemos refletir sobre identidade sem relacioná-la a diferença. Até porque, ambas comungam uma relação de dependência, ou seja, para a afirmação de identidade é necessário a afirmação das diferenças. Para ratificar essa ideia, recorreremos a Silva (2009, p. 75) onde ele argumenta que, *assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis*. Nessa perspectiva, instauram-se alguns questionamentos: Quem vem em primeiro lugar: a identidade ou a diferença? Qual destas é a mais importante para a constituição e a posição dos sujeitos no meio social? Quem tem mais relevância?

Para responder tais questionamentos, iremos recorrer a Silva (2009) que aponta a diferença como um produto que deriva da identidade, sendo esta, o ponto original e mola propulsora da diferença. Assim, tomamos aquilo que somos como referência maior daquilo que não somos. Entretanto, o referido autor opta por compreender a diferença como um processo também, e não simplesmente resultado. Consequentemente ambas são produzidas socialmente.

Partindo desse princípio de produção social, podemos situar tanto a identidade quanto a diferença como *atos de criação lingüística*. Por que isto? Porque ambas são produzidas através da linguagem, ou seja, através das relações entre as pessoas. Diante disso, sobre a identidade e a diferença, Silva afirma que:

Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são elementos da natureza, que não são essências, que não são coisas que estão simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto das relações sociais e culturais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2009, p. 76)

Reconhecer a identidade e a diferença como atos de criações humanas parece algo já constatado, no entanto, é válido ressaltar que essa constatação não é tão simples assim. Pois, temos uma tendência à generalização e a não perceber a complexidade dos fatos em nosso entorno e por vezes, esquecemos que a fala, os signos, os significados atribuídos contribuem para a constituição da identidade e da diferença.

Nessa altercação, podemos situar a identidade e a diferença como resultado de produções simbólica e discursiva, constituinte de sistemas de representações. E, no tocante às representações, sabemos que estas, são construídas historicamente de acordo aos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, repleta de significados, que vão determinar lugares, posturas e tomada de posições no contexto social, revelando assim, relações de conflito pessoal e coletivo. De modo geral, é a forma de representar, ou seja, a representação propriamente dita, que vai dar sentido e corpo a identidade.

Associadas as relações de conflito estão as relações de poder, que envolvem os processos identitários. E como nos lembra SILVA (2009, p. 81), o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são nunca inocentes.

Essa falta de inocência, tanto na identidade quanto na diferença, são aspectos merecedores de um olhar mais criterioso. Pois, é interessante perceber que por traz da afirmação ou negação da identidade, pessoal ou grupal, está intrínseco, consciente ou não, uma maneira do sujeito incluir ou excluir aspectos que fazem parte do seu eu e do outro, o que sinaliza uma delimitação de espaços. E, no caso da diferença isso não é diferente.

O processo de afirmação da identidade é um processo de mão dupla, pois, ao mesmo tempo, que pode servir como instrumento de luta e mudanças significativas

para uma sociedade, também pode alimentar um processo de segregação social, pois,

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. [...] Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a forte separação entre %nós+ e %eles+. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam as relações de poder. %Nós+ e %eles+ não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes %nós+ e %eles+ não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições . de - sujeito, fortemente marcadas por relações de poder. (SILVA, 2009, p. 82)

Esse processo quando se configura dessa forma, mostra o quanto precisamos evoluir em relação ao acolhimento e compreensão do outro, de maneira que não venha a agredi-lo nem muito menos, descriminá-lo. Isso quando não esbarra na marginalização desse indivíduo do meio social. Enfim, esse processo nos remete a uma violência material e simbólica afetando a dignidade humana. E mais ainda, podemos dizer que é um processo silencioso e sem visibilidade.

Outra questão que levanta essa distinção entre o %nós+ e %eles+, são as formas de classificar e hierarquizar a sociedade. Aqui, SILVA (2009), respalda a discussão das oposições binárias, nas ideias do filósofo francês Jacques Derrida, qual vai além dessa oposição simétrica (masculino / feminino; branco / negro). Para Derrida, essa oposição revela o sentido positivo que é atribuído a um, e o sentido negativo, a outro. Nesse ínterim, basta fazermos um pequeno recorte histórico e resgatar a posição social e os maus tratos sofridos tanto pelas mulheres, quanto os negros para percebermos a quem é direcionado esse tom de negatividade.

Nesse engodo de negativo e positivo, vai ocorrendo de maneira tácita uma padronização e normalização da identidade ou das identidades. Nesse caso, a norma é o caminho mais aceitável de sobrepor uma identidade sobre as demais. Assim,

Normalizar significa eleger . arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é %natural+; desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é

vista como *uma* identidade, mas simplesmente como a identidade. (SILVA, 2009, p. 83)

O perigo de reforçar o discurso e massificar as identidades, como *uma* identidade, leva - nos a mais uma vez, dicotomizar a sociedade em pólos excludentes e a anular indivíduos, comunidades, grupos sociais que não se encaixam no perfil da classe dominante. O que ocasiona na produção das classes dos chamados anormais. Pois,

a produção do outro anormal é marcada nos discursos. Produzimos os outros cotidianamente em diferentes espaços sociais, entre eles: o asilo, a fábrica, o hospital, o hospício, as prisões, as escolas e outras maquinarias dedicadas a manter a ordem. Associados a essas instituições existem artefatos culturais que desenvolvem pedagogias que disciplinam o olhar dos sujeitos naturalizando o outro como diferente. (FABRIS E LOPES, 2002, p. 457).

É bom frisar que a análise desse sujeito diferente, é interessante que seja a partir do prisma da diferença enquanto diversidade humana, não como aquele diferente que foge do padrão de normalidade, mas que deve estar integrado à sociedade. A diferença aqui é aquela associada ao multiculturalismo, àquela que é contra a homogeneização, contra um discurso mascarado e conservador, aquela que é a favor dos grupos minoritários, a exemplo das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

Diante do que foi exposto até o momento, fica nítido a complexidade conceitual do que vem a ser identidade. Contudo, temos clareza e afirmamos mais uma vez, que esta não existe naturalmente, não é algo que nasce com o indivíduo, mas sim, constituída pelo próprio, pelo grupo e pelos outros (as diferenças). Nossa intenção, o que em outras palavras, já dissemos anteriormente, é refletir sobre a identidade a partir do campo cultural, no rol dos conflitos, mudanças, contestações, manifestações, afirmações e negações.

Continuando nossas reflexões em torno da identidade apresentamos aqui, um conceito que aponta para uma possível variedade de identidades. Evidenciando o processo de construção desta, como um fenômeno de múltiplas facetas e impróprio. Para Ciampa (1986 apud MAGALHÃES, DIAS, s/d, p. 04) *uma* identidade é uma metamorfose porque estamos inexoravelmente sujeitos a mudanças intrapessoais,

paradoxalmente somos os %mesmos+ e somos %diversos+ e as interações sociais permitem esta estranha dinamicidade+. Essa dinamicidade também está presente no processo de globalização, qual também interfere na construção da identidade e que mais adiante iremos retornar.

Goffman também discute acerca da conceituação da identidade. O mesmo define e diferencia três conceitos básicos de identidade: a pessoal, a social e a do eu. Sobre a identidade pessoal, Magalhães, Dias (s/d, p. 04) diz que %podemos concluir que está intrinsecamente ligada às interações, aos interesses e definições de outras pessoas com relação aos indivíduos+.

A respeito da identidade social, Magalhães, Dias (s/d, p. 05) fala que %quando alguém nos é apresentado seus primeiros passos nos permitem prever sua categoria e os seus atributos permitem prever o que se denomina, genericamente de identidade social+.

Agora iremos tratar do conceito de identidade do eu, qual referenda a forma que a pessoa estigmatizada enfrenta o estigma. Com efeito, Goffman (1988 apud Magalhães, Dias s/d, p. 05), diz que a identidade do eu é uma %questão subjetiva e reflexiva que deve necessariamente ser experimentada pelo indivíduo cuja identidade está em jogo+.

Goffman, segundo Magalhães e Dias (s /d), discute a relação da identidade e diferença a partir do conceito de estigma⁶, ou seja, percebe a diferença como aquilo que é estranho aos nossos olhos.

Por certo, esse engendramento frente ao processo de construção da identidade, permite a leitura da diversidade e uma busca para aceitação das diferenças, o que denota a construção do estigma, ou uma identidade estigmatizada. Fato assinalado qual permite que a sociedade atribua valores díspares aos sujeitos através do desvio (diferença) que este possui. O estigma, ou seja, o sinal atribuído será uma marca identitária forte ao indivíduo que perpassa do social ao pessoal, a servir de arquétipo ou estereótipo, além de que, em um espaço social, sempre assinala uma questão de poder, já citada no texto. Podemos destacar de maneira

⁶ A origem desta palavra remota a antiguidade clássica. Era usada para designar sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mal sobre o status moral de quem os apresentava.

tácita, o simulacro que envolve essa relação: ou o sujeito aceita essa condição de não ser *normal* que denota um sofrimento ou aceita uma visão de *não diferente* que implica em um choque de identidades a levar uma visão eufemística do próprio sujeito.

Atualmente, estamos vivenciando uma época em que estão ocorrendo profundas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, mudanças essas, que estão afetando diretamente nossas vidas. Novos discursos, novas formas de narrar os fatos sociais e culturais impulsionam mudanças benéficas e/ou às vezes danosas ao convívio social. Alguns autores como Hall (2009) aponta que nesse momento tem sido constituída uma *crise de identidade* como questão central.

Em meio a essas discussões, Giddens (1990 apud WOODWARD 2009, p. 20) discorre que, *as crises de identidade* são características da modernidade tardia e que sua centralidade atual só faz sentido quando vistas no contexto das transformações globais que têm sido definidas como características da vida contemporânea. O fato é que as transformações globais, a globalização tem marcado diretamente o nosso jeito de ser e de estar no mundo, as representações daquilo que somos e do que podemos ser. Esse movimento tem provocado desestabilidade em algumas identidades e ao mesmo tempo a estabilização de outras. Assim,

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade. (SILVA, 2009, p. 21)

Esse movimento acarreta uma discussão profícua e de sérias implicações no tocante ao universo de construção e afirmação das identidades locais. Podemos citar como exemplo, a tendência na moda, as roupas, os calçados, alimentos, outros instrumentos modistas e artefatos culturais que invadem o mundo e nos tornam de certa forma todos iguais, independente do lugar que estejamos no globo.

Para finalizar esse capítulo, sem ter a pretensão de esgotar essa engenhosa discussão, recorreremos ao pensamento que Blanchot (1969 apud SILVA, 2009, p. 101) que diz o seguinte: *é bem mais sensato e digno, procurar acolher o outro como*

o outro e o estrangeiro como o estrangeiro; acolher outrem, pois, em sua irredutível diferença, em sua estrangeiridade infinita, uma estrangeiridade tal que apenas uma descontinuidade essencial pode conservar a afirmação que lhe é própria+.

Diante de tais premissas, cabe nos conscientizarmos de que estamos a passar por crises em todos os setores das nossas vidas. Que os acontecimentos experimentados por nós, podem contribuir para formar, conformar e / ou deformar cada sujeito que aqui se relaciona, desestabiliza e também é desestabilizado. O diferencial são as posições e posturas que cada um assume na sociedade e com seus pares.

5. POR QUE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Ao reconhecer as fragilidades e dificuldades enfrentadas pela sociedade de modo geral e mais especificamente no ambiente escolar, esboçadas em práticas discriminatórias e excludentes, evidenciamos a urgência de pensar alternativas que vislumbrem novas estratégias e ações, a fim de atender as novas demandas impostas pela sociedade. Dentre elas, destacamos a proposta de uma Educação Inclusiva para que possamos atender e acolher a todos, tendo como parâmetro não só a igualdade, mas a adoção do princípio da equidade qual engloba todas as pessoas, independente das suas condições sociais, políticas, econômicas, culturais, físicas e emocionais.

Nessa perspectiva, mundialmente vem ocorrendo um movimento por uma educação diferente. Uma educação desencadeada pela defesa dos direitos humanos, que devem ser estendidos a todos. Essa oscilação entende a diferença como valor fundamental na construção de uma sociedade, onde todos têm direito a ter direitos e a serem respeitados, independente da sua condição biopsicossocial. A partir desse prisma é que nasce uma proposta de educação no contexto inclusivo. Sendo assim, não podemos deixar de mencionar que a educação inclusiva é fruto de muitas ações. Ações política, cultural, social e pedagógica. Política por entendermos que a adoção de princípios inclusivos é uma decisão política, ou seja, o sujeito tem a opção, o direito de escolher ou não, se assume o compromisso com a inclusão. Cultural por ser um produto resultante da cultura humana. Os valores culturais hoje já não mais aceitam pacificamente a segregação e a exclusão de pessoas. Social por estarmos inseridos em um contexto coletivo que atualmente passa por mudanças efêmeras e significativas, pois pode-se ainda não ter clareza da forma que mais se aproxima da ideal de burlar a exclusão, contudo, é certo que atitudes discriminatórias mesmo que camufladas, conscientes ou não, causam incômodos e conflitos sociais. Por fim, a ação pedagógica que esbarra na escola, nos processos de ensino e aprendizagem inclusivos, no jeito de ser e de fazer a escola para todos.

Percorrendo os limites históricos da educação, constatamos que a escola desde o seu princípio não foi pensada nem estruturada para atender a todos. E que esta sempre acompanhou e/ou reproduziu a sociedade e seus valores vigentes.

Sobre isso, o documento do MEC intitulado de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva diz o seguinte: "A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social+(BRASIL, 2007, p. 01).

Um novo rumo foi dado à escola a partir do processo de democratização da mesma, quando esta passou a pensar a sua estrutura, ainda que deficiente, a partir da universalização do acesso ao ensino. Aqui se instaura uma conflituosa dicotomia: inclusão versus exclusão. A escola tem um grande desafio a enfrentar que é a tarefa de aceitar e acolher a todos. Sabemos que o acesso legal a todos não garante a permanência e qualidade do processo formal educativo, até porque em nossa sociedade tem uma cultura de privilegiar determinados conhecimentos, comportamentos, atitudes e padrões socialmente aceitáveis. Com isso, a escola, enquanto instituição formadora se perde em sua função social e acaba por homogeneizar indivíduos, constituindo "indivíduos" aceitáveis ou não, conseqüentemente legitimando o fracasso escolar. Dessa forma, indivíduos que não se enquadram aos padrões desejáveis socialmente, ficam a margem da sociedade. Assim, a escola se propaga como uma das grandes promotoras das desigualdades, pois de posse de diversas formas de classificação e hierarquização, como as características físicas, intelectuais, culturais, sociais, dentre outras, marca e determina a vida de vários indivíduos.

Parece até redundante, porém para chegarmos ao que hoje chamamos de Educação Inclusiva, é imprescindível pensar a Educação Especial na perspectiva da inclusão. Antes é necessário lembrar que Educação Especial insere-se nos diferentes níveis da Educação Escolar: na Educação Básica (Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio) e Educação Superior. Do mesmo modo, estendem-se às demais modalidades da Educação Escolar: a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação Indígena. Agora tendo consciência dos campos de atuação da Educação Especial, resgatemos visões estanques que marcaram o atendimento educacional as pessoas que apresentam necessidades especiais. Assim, do período primitivo até Idade Média, a essas pessoas eram atribuídas um caráter negativo e excludente, chegando até mesmo a serem

concebidos seres demoníacos, sobre naturais, por isso sujeitos à exclusão, segregação e em casos mais drásticos ao extermínio. Na modernidade, a deficiência é vista pelo prisma de um modelo clínico, de caráter patológico, necessitando de medicação e tratamento. Dando um salto para o século XX, percebe-se que este (não desmerecendo as mudanças nos demais), foi marcado por fortes mudanças estruturais, culturais, políticas, econômicas e sociais e, o que se deve também a influência das ciências humanas e sociais. Foi um período marcado pelo crescimento da população urbana, onde as pessoas se deslocavam em busca de melhorias profissionais e pessoais para suas vidas. Esse pensamento de melhoria da qualidade de vida também foi estendido às pessoas com necessidades educacionais especiais. Para as minorias deveriam ser dadas oportunidades de participação social.

Nesse contexto, emerge o conceito de integração, porém com o desenvolvimento de novos conhecimentos na educação, com o avanço da tecnologia, e com a quebra de barreiras nos processos comunicativos, novas relações vêm sendo estabelecidas, os diferentes se encontram a todo o momento. Já não cabe mais burlar as diferenças e relegá-las à segundo plano. Conseqüentemente, as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais também almejam a participação nesse processo de expansão educacional e social. Desde então, a sociedade, personificada nas instâncias governamentais, tem a responsabilidade de dar respostas às novas demandas sociais, através da organização de novos instrumentos legais e da operacionalização de políticas públicas. Esse percurso delibera uma aproximação sucessiva de ações e práticas pedagógicas e sociais no caminho da Educação Inclusiva.

Aqui cabe um destaque para a Declaração de Salamanca, em 1994, onde foi reafirmado os princípios do direito de todos à educação, presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Foi nesse evento em Salamanca que ficou proposto o conceito de inclusão, qual é mais amplo que o conceito de integração.

A partir daí, há uma mudança de concepção,

a deficiência deixa de ser o foco de análise e passa-se a valorizar as potencialidades e possibilidades de êxito dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, o termo necessidades educacionais

especiais, refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem+ (DAMILANO e TURCHIELLO, 2008, p. 96)

Atualmente, temos a nosso favor um aparato composto de leis, decretos, pareceres, normas, documentos diversos qual respalda experiências significativas e diferenciadas de Educação Especial associada a uma proposta de Educação Inclusiva. Nessa busca de contextualização, vamos sinalizar alguns marcos históricos, documentos oficiais que legitimaram a trajetória da Educação Especial no Brasil até a atualidade.

Na elaboração dessa trajetória, pontuamos as primeiras ações na época imperial, período em que foram criadas duas Instituições⁷, uma para meninos cegos e a outra para surdo mudo+.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência é fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . LDBEN, Lei nº 4.024/61, que direciona o direito dos excepcionais+ à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Em 1971, a Lei nº 5.692/71, altera a LDBEN de 1961, ao definir tratamento especial+ para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados+, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba ratificando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Um documento de suma importância para os demais documentos, a Constituição de 1988, a Carta Magna do nosso país, segundo o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aponta o seguinte:

traz como um dos seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação+ (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na

⁷ O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, atual Instituto Benjamin Constant . IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos . INES, ambos no Rio de Janeiro.

escola+ como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2007, p. 02).

Diante do exposto, podemos inferir que a Constituição de 1988, veio ampliar as alternativas de uma proposta educacional menos excludente e mais participativa, à medida que legitima as condições de %igualdade e permanência na escola+ como um dos princípios do ensino. Isso se pode considerar um avanço na construção da escola democrática.

Em 1994, após a declaração de Salamanca, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, qual orienta o processo de %integração instrucional+ condicionando o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que podem vir a acompanhar as atividades curriculares, desenvolvidas juntamente com os demais. Embora este documento seja significativo,

a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.+ (BRASIL, 2007, p. 02).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em vigência na atualidade, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. No artigo 24, inciso V e no artigo 37 também trata de assuntos ligados a Educação Especial.

Elaborado a cada 10 anos, O Plano Nacional de Educação . PNE, Lei nº 10.172/2001, ao estabelecer objetivos e metas, destaca que %o grande avanço que a década da educação deveria produzir, seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana+ (BRASIL, 2007, p. 02). Este mesmo documento sinaliza obstáculos no tocante à oferta de matrículas para alunos

com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

Na busca da concretização da Educação Inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos portadores de necessidades educacionais especiais.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais . Libras como meio legal de comunicação e expressão, a Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas de propostas educacionais inclusivas, promovendo um vasto processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito, de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. Aqui destacamos o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos, ofertado em turno oposto ao ensino regular. Esta sala a nosso ver, é um complemento ao ensino, mais uma via promotora de autonomia e inclusão.

Sem dúvida, o que apresentamos até aqui, foi uma parte do arsenal que temos para o enfrentamento das barreiras que impedem a concretização da Educação Inclusiva. Porém, acreditamos que os entraves maiores se encontram no seio da nossa escola, na mente, nos valores dos sujeitos que direta ou indiretamente nela estão inseridos. Todavia, destituir valores e constituir outros, é necessário considerar que:

A escola é uma realidade histórica em processo contínuo. É preciso que seja entendida como uma instituição voltada para a realização da prática pessoal e social, contextualizada nas dimensões espacial e temporal, revestida de caráter contraditório e complexo. É preciso privilegiar sua abordagem como processo, não um produto acabado. A escola não é, e, sim, está sendo. (MANTOAN, 2008, p. 147)

Nesse contexto, é que devemos pensar a inclusão escolar, pensá-la como algo que está sendo construído e que nesse percurso, a complexidade, os juízos de valores são aflorados, revelando aspectos muitas vezes contraditórios sobre nossa condição humana, sobre nossas atitudes pedagógicas, afinal para a inclusão acontecer não é simplesmente dizermos que agora temos uma escola inclusiva, mas no dia-a-dia é que percebemos através de nossa forma de olhar a escola, do abandono de modelos padrões, de olhar as diferenças e compreender seu papel social.

A inclusão incide diretamente em uma mudança de paradigma, de concepção de escola, ela por si, necessita e até certo ponto ~~obriga~~ uma reorganização do fazer pedagógico da escola. Nesse sentido, a escola precisa apontar sinais de mudanças na perspectiva inclusiva. Assim, Mantoan (2008) manifesta que se faz necessário um repensar de alguns elementos sinalizadores como: elaboração do Projeto Político Pedagógico, no trabalho com as diferenças em sala de aula, articulação entre teoria e prática, trabalho transdisciplinar, como forma de leitura e compreensão da realidade, transformação das dinâmicas e metodologias aplicadas, reorganização do tempo e espaço de forma flexível, investimento na infra-estrutura material, revisão do processo de avaliação e de seus resultados e a formação em serviço. Diante do exposto, Mantoan aponta que:

Estes sinais existentes ou não na realidade escolar, denotam prioridades em relação à inclusão e precisam ser repensados dia-a-dia para que os discursos não sejam abstrações vazias na escola regular, dita de *todos*, mas que se reveste de padronizações engessantes, que cabem no modelo do *regular* e que excluem de maneira veladas as diferenças existentes. (MANTOAN, 2008, p. 149).

Na observância desses sinais, verifica-se que as escolas em sua maioria ainda estão muito arraigadas ao ensino tradicional regular. Isso fica nítido na padronização do cotidiano escolar (organização dos conteúdos e ambiente, entre outros). As diferenças acabam ficando em segundo plano, porque dá menos trabalho e é mais confortável lidar com modelos padrões do que explorar a criatividade em consonância com as diferenças. O que se percebe em muitos casos é um movimento contrário às diferenças, onde estas devem buscar enquadrar-se no

universo homogeneizante imposto como verdade. Por esse caminho, a diversidade, ou melhor, o respeito ao outro fica comprometido e aí sim, esbarra no discurso vazio.

Promover e subsidiar mudanças menos padronizadas demanda atitudes no campo da teoria e da prática. Implica em lançarmos um olhar histórico para as diferenças e percebê-las como aliadas na construção de novos conhecimentos e não como entrave.

Na perspectiva de uma escola inclusiva, de qualidade, democrática, emancipatória e de *todos*, urge levar em consideração a pluralidade cultural e a diversidade humana. É preciso entender e aceitar que todo ser humano é capaz de aprender, dentro das suas limitações. Para tal é lúcido repensar nossa concepção de escola, ensino e aprendizagem e traçar novos caminhos. Pois como afirma Moraes,

Hoje, o foco da escola mudou. Sua missão é atender ao aprendiz, ao usuário, ao estudante. Por tanto, a escola tem um usuário específico, com necessidades especiais, que aprende representa e utiliza o conhecimento de forma diferente e que necessita ser efetivamente atendido. Essa concepção se fundamenta nas descobertas da ciência cognitiva e da neurociência, que reconhecem a existência de diversos tipos de mentes e, conseqüentemente, de diferentes formas de aprender, lembrar, resolver problemas, compreender ou representar algo. Compreende que nem todas as pessoas têm os mesmos interesses e as mesmas habilidades, nem todas aprendem da mesma maneira, e que é impossível aprender tudo que existe para aprender. Já que não podemos aprender tudo, é preciso fazer escolhas na vida e, para fazê-las, é necessário estar consciente e bem informado. (MORAES, 2003, p. 137 . 138)

Assim, dada a essa complexidade, a essas variadas formas de aprender, a escola tem a oportunidade de escolha entre a manutenção de um sistema padrão, homogeneizante ou pode optar por uma resignificação de suas ações, redescobrimo assim, a valor da dúvida, do erro, do avanço, das descobertas, tendo em vista a pluralidade de novas manifestações culturais intelectuais. Estas manifestações estão ligadas diretamente a vontade de querer ~~ser~~ e ao desejo de aprender. Nesse sentido, a criatividade é grande aliada da escola. Também é válido lembrar que o sucesso dos sujeitos na escola também está ligado à construção da independência intelectual. Os alunos precisam ser instigados a pensarem por si, pensar o que não foi projetado pelo outro. Reafirmamos aqui a aquisição da autonomia e independência intelectual.

O ensino organizado em disciplinas, hoje já não consegue mais corresponder às necessidades do mundo intra e extra-escolar, já se fala da lógica do conhecimento em rede. Nesse sistema, segundo Mantoan (2008, p. 74), %o aluno navega por diversos campos do saber, incluindo aqueles saberes que não entram na organização disciplinar da escola+.

Hoje podemos ainda não ter clareza da melhor forma e a mais eficaz maneira de vivenciar a inclusão em nossas escolas, contudo, é certo que com o advento desta, as instituições educacionais estão se movimentando na busca da efetivação de uma educação inclusiva real e de qualidade. Nossas escolas hoje estão incomodadas e repleta de conflitos. Um incômodo justo e saudável, sim, porque acreditamos que todos os esforços têm como objetivo garantir o direito, acesso e permanência de todos os cidadãos e cidadãs, a escolas públicas, democráticas e de qualidade, independente de suas condições e características particulares, só assim a exclusão e segregação de pessoas podem ser amenizadas em nossa sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do nosso estudo fizemos recortes na história e procuramos mostrar a trajetória das concepções construídas em torno das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Constatamos que estas, resultam em grande parte, de longos e complexos processos sociais, onde a cultura imprime suas marcas em cada indivíduo, ditando normas e fixando ideias e ideais de tal forma que nossa individualidade acaba por revelar a história contida e acumulada de uma sociedade. Evidenciamos ainda o quanto às representações sociais pejorativas e discriminatórias do sujeito especial é forte na atualidade.

É lúcido dizer também que, estas representações, ou seja, a percepção que os (as) professores (as) criam da deficiência, seja física e/ou intelectual, interferem nas expectativas que estes depositam nos alunos ditos não normais. Aqui esbarramos em um dos grandes entraves da escola que é o desejo de ter alunos padrões e homogêneos, abrindo espaço para a perpetuação da exclusão das diferenças. Contudo, é bom frisar que é forte o movimento de teóricos e algumas experiências de inclusão bem sucedidas de escolas que enfrentam essa suposta homogeneização, qual suprime e marginaliza as diferenças.

O enfrentamento da homogeneização e a luta pelo respeito e aceitação das diferenças deve ser um dos focos principais de ação no cenário educacional, pois é urgente a necessidade do rompimento de laços de preconceitos e rótulos atribuídos às pessoas consideradas especiais, o que a nosso ver, compromete o processo de construção das identidades, esbarrando na estigmatização das mesmas. Desta feita, à medida que o (a) educando (a) se distancia do perfil de ~~um~~ bom aluno+socialmente desejado, ele é submetido a um processo de adaptação escolar, qual privilegia conhecimentos, formas de aprender, comportamentos e atitudes advindos do grupo dominante que de posse desses mecanismos de controle social, atribui à diferença um valor negativo, ceifando a possibilidade do sujeito especial de auto afirmar sua condição de diferente.

Diante do arcabouço teórico estudado, ficou nítida que o convívio de alunos especiais em salas regulares é uma ação que impulsiona o (a) professor (a) a redimensionar sua prática pedagógica e suas concepções de mundo, de sociedade

e de homem. Salas inclusivas é um convite à superação dos paradigmas excludentes, cristalizados e alienantes que por muito determinaram as relações nos espaços educativos.

Passo a passo a Legislação Brasileira, construiu um caminho para a Educação Inclusiva que pode significar mudanças estruturais e sociais. Hoje temos um aparato legal que garante o acesso e permanência de todos à educação, independente de suas condições físicas e/ou intelectuais. Logo pensar as diferenças sob o viés político, é imprescindível que todas as instâncias sociais juntamente com o sistema educacional, produzam narrativas e práticas sociais diferenciadas, possibilitando a todos o exercício pleno de sua cidadania e principalmente o direito de aprender nos estabelecimentos formais de ensino.

Na caminhada da Educação Inclusiva e no respeito às diferenças, a Educação Especial hoje tem muitos desafios a enfrentar. Muitas vozes até então, mantidas em silêncio, merecem vir à tona como sinalizador de uma nova história marcada pela superação, propondo uma reorganização do sistema educacional, para assim concretizar uma escola melhor e acessível para todos e todas.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC/SEESP - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

CARVALHO, Renata Corcini e NAUJORKS, Maria Inês. Representações Sociais: dos modelos de deficiência a leitura de paradigmas educacionais. Revista do Centro de Educação. Santa Maria . RS, nº 27, 2006

DAMILANO, José Luiz Padilha. TURCHIELLO, Proscila. Curso de Especialização a Distancia em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: modulo I. [Ana Claudia Pavão Siluk. [et.al.]]. In: Política e Gestão em Educação Especial. Santa Maria: UFSM, CE, 2008, 193 p.

FABRIS, Eli T., LOPES, Maura C. O olhar do cinema sobre a diferença. In: LOPES, Luiz PauloM. BASTOS, Liliana C. Identidades: recortes multi e interdisciplinares. São Paulo. Mercado das Letras. 2002 p. 451 . 468.

FONSECA, Vitor. Educação Especial. Porto Alegre. Artes Médicas, 1995

FREITAS, Soraia Napoleão. Curso de Especialização a Distancia em Educação Especial : déficit cognitivo e educação de surdos: modulo I. [Ana Claudia Pavão Siluk. [et.al.]]. In: Representações e Paradigmas em Educação Especial. Santa Maria: UFSM, CE, 2008, 193 p.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. DIAS, Ana Maria Lório. Identidade e estigma no contexto da escola inclusiva: uma leitura a partir de Erving Goffman. S/D. UECE.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. (Org.). A solicitação do meio escolar e a construção das estruturas da inteligência no deficiente mental: uma interpretação fundamentada na teoria do conhecimento de Jean Piagt. Campinas, 1991. Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP

_____, Maria Teresa Eglér (Organizadora). O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008

MARQUES, Luciana Pacheco. Em busca da compreensão da problemática da família do excepcional. Rio de Janeiro: 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) . Departamento de Educação, PUC/RJ.

MARQUES, Luciana Pacheco. O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica. Editora UFJF, 2001. 206 p.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo, Cortez. 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 19 ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2001

MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. 9º ed. Papirus. Campinas, 2003.

PESSOTTI, Isaías. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo. T. A. Queiroz/USP, 1984.

ROESCH, Silvia M. A. Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de casos. 2.ed. São Paulo. 1999.

SASSAKI, R. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 1999

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9. ed. Petrópolis . RJ. Vozes, 2009

Sites visitados:

<http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/biografias> Acessado em 12/02/2010

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento> Acessado em 12/02/2010